

De quem é a emenda contra Sesi/Senac?

Um levantamento sobre os debates e o encaminhamento da questão relacionada com a estatização do Sesc, Senac, Sesi e Senai, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, revela uma situação inusitada relativamente ao assunto. Não se consegue identificar o autor da emenda que originou o problema e mais que isso, a reação dos parlamentares — tanto da direita quanto da esquerda — pela continuidade da administração daquelas entidades sob cuidados do empresariado. **Mais ainda, o deputado Siqueira Campos apresentou emenda ao substitutivo Bernardo Cabral, mandando incluir um parágrafo único no artigo 260 segundo o qual "o poder público não interferirá nas atividades e fontes de recursos de entidades patronais e de trabalhadores, a não ser para apoiá-los técnica, material e financeiramente".**

O autor da emenda que condicionava a contribuição trabalhista à Previdência Social está "desaparecido". Pelo menos é essa a impressão dos constituintes que não pretendem a estatização de empresas como Senac, Sesc, Sesi e Senai. Tanto esquerda, como direita, são contrárias à idéia. Do PMDB ao PT garante-se que estatizar essas entidades seria o mesmo que acabar com sua eficiência. E o mais estranho de toda esta história é o fato de o autor da proposta de estatização não aparecer, sequer, para mostrar seu ponto de vista.

A Assembleia Nacional Constituinte não viu, até agora, consenso igual ao da manutenção do Sesc, Senai, Sesi e Senac nos moldes em que estão funcionando. No entanto, e apesar da idéia de não permitir qualquer mecanismo que leve à estatização das entidades mantidas pelas confederações do comércio e da indústria, muitos parlamentares só têm uma queixa: "A não participação dos trabalhadores no conselho diretor do Sesi e do Senai", visto que no Senac e Sesc isto já ocorre. Mas garante-se que os próprios empresários acham que a participação do trabalhador é importante e dentro de pouco tempo isto já deverá estar viabilizado.

A direita e o centro-direita já demonstraram suas opiniões em algumas ocasiões: O deputado Prisco Vianna, por exemplo, do PMDB da Bahia, só é contra a perenização dos dirigentes e a favor de uma maior participação dos trabalhadores na administração das entidades. O de-

putado Victor Faccione (PDS-RS) afirma que a manutenção das entidades, nos moldes atuais, é fundamental porque é um sistema que deu certo. "Temos que acabar com essa história no Brasil de mudar o que está dando certo. Mude-se o que é errado".

Victor Faccione deu o exemplo do Senai, mantido pelo Governo, e que — teoricamente — deveria prestar ao trabalhador rural o mesmo serviço do Sesc/Senac/ Sesi e Senai". O Senai funciona em moldes diferentes. Ao invés de ser o empresário, é o Governo quem toma conta. E por conta da burocracia estatal, a entidade vem se desenvolvendo com sacrifícios.

De acordo com o parlamentar, existe maioria na Assembleia Nacional Constituinte para derrotar qualquer emenda que vise a estatização dessas entidades. "E uma das poucas coisas", afirmou, "que une desde Lula a Albano Franco. O que esses órgãos têm promovido em caráter social é muito positivo e não pode ser modificado. Mas, por outro lado, essa discussão foi bastante proveitosa porque serviu, pelo menos, para mostrar o trabalho dessas entidades".

Outro parlamentar que tem opinião parecida é Valmir Campelo, do PFL do Distrito Federal. O constituinte chegou a ocupar a tribuna em julho último para enaltecer o trabalho desses órgãos. Garantiu, na ocasião, que "todo o País conhece o extraordinário trabalho que Senac, Senai, Sesc e Sesi vêm realizando ao longo das últimas quatro décadas, em todos os Estados da Federação, no Distrito Federal e nos Territórios, abrangendo uma extensa gama de serviços".

Afirma o parlamentar que essas instituições são de direito privado e que devem continuar assim, pois sempre foram dirigidas e mantidas pelos empresários do comércio e da indústria, decorrentes da contribuição de uma taxa incidente sobre o total das folhas de pagamento de seus empregados.

— Portanto, o Governo nunca pagou um tostão para a manutenção desses organismos — acentua Campelo.

Na esquerda, a opinião não é muito diferente da dos parlamentares da direita e da Aliança Democrática. De acordo com o deputado Augusto de Carvalho (PCB-DF), por exemplo, criaram um cavalo de batalha

sobre um assunto que está bem nitido na opinião da esquerda e tentaram dizer que foram os comunistas que começaram a polêmica. "para falar a verdade", garante o constituinte, "eu nem sei quem foi o autor da emenda que inviabilizaria essas entidades. Mas a esquerda nunca quis terminar com Sesc/Senac/ Sesi e Senai. O que pretendemos é uma maior democracia nos conselhos diretores dessas instituições, com uma administração tripartite, entre empresários, governo e trabalhadores.

Por sinal, um dos projetos de lei que tramitam pelo Congresso Nacional, do deputado Siqueira Campos (PDS-GO) é, justamente, sobre este assunto. O projeto de número 5511, de 1982, está barrado nos trâmites burocráticos do Congresso Nacional mas mostra, claramente, a tentativa de criar o maior número de empresas, mantidas pela iniciativa privada, a favor dos trabalhadores. Por sinal, o deputado Siqueira Campos apresentou várias emendas nas subcomissões — hoje nas mãos do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, sobre o problema da privatização dessas entidades. Nelas, Siqueira Campos proíbe o envolvimento do Governo. Eis a integral:

EMENDA AO ARTIGO 260 DO SUBSTITUTIVO DA SISTEMATIZAÇÃO

Parágrafo Único: O poder público não interferirá nas atividades e fontes de recursos de serviços sociais institucionais, na forma da lei, pelas entidades patronais e de trabalhadores, a não ser para apoiá-los técnica, material e financeiramente.

Finalizando, o Partido dos Trabalhadores também não acredita que a estatização desses organismos leve a alguma coisa. Falando como ex-aluno do Senai, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, garante que o único adendo dos trabalhadores é quanto a sua participação nos organismos diretores, até para que os patrões saibam onde empregar melhor os recursos — onde melhor eles serviriam". Opinião parecida tem o deputado José Genoíno, também do PT paulista: "No mínimo, os trabalhadores também devem participar. No entanto, achamos que a qualificação de mão-de-obra é, também, um problema do Estado e, por isto, defendemos administrações tripartites a estas entidades".